Ata n.º 18/2026

Reunião de Câmara realizada em 04 de setembro de 2026

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, na sede da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, a Sr.ª Vice-Presidente Ana Paula Sançana e dos Senhores Vereadores, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia, Maria João Oliveira Miranda da Franca. ----------

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

1.PÚBLICO ----------

2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

2.1. Faltas ----------

2.2. Intervenção do presidente da Câmara Municipal ----------

2.3. Intervenção dos vereadores ----------

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

3.1 APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 19/06/2026;

3.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ----------

3.2.1. Proposta de aprovação das cláusulas contratuais da minuta de escritura de compra e venda relativa à aquisição do imóvel designado por lote 42 da Quinta de Santa Rita à sociedade Carvalhos, Lda; ----------

3.2.2. Proposta de aprovação das cláusulas contratuais da minuta de contrato de empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00€ para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município; ----------

3.2.3. Proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de 19.12.2025 relativa à orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2026. --

3.2.4. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.08.2026 de autorização do recrutamento de 4 trabalhadores para a categoria de Assistentes Operacionais (área educação) por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto; ----------

3.2.5. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.08.2026 de autorização do recrutamento de 1 trabalhador para a categoria de Assistente Operacional (área educação) por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. ----------

3.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE ----------

3.3.1. Proposta de ratificação da celebração do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo de apoio à realização do WRC Vodafone Rally de Portugal 2026 com o Automóvel Clube de Portugal; ----------

3.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 323316859; ----------

3.3.3. Voto de Reconhecimento a Catarina Sobral; ----------

3.3.4. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31.08.2026 de não adjudicação e consequente extinção do procedimento "Concurso Público n.º 04/2026 - Prestação de serviços nas Piscinas Municipais da Lousã e Atividades Desportivas Municipais, pelo período de 12 meses"; ----------

3.3.5. Proposta de atribuição de apoio financeiro às instituições desportivas do Concelho, no montante global de 230.150,00 €, para prossecução da sua atividade na época desportiva 2026/2027; ----------

3.3.6. Proposta para a atribuição de financiamento às associações culturais e recreativas do concelho da lousã no montante global de 84 250,00€ para prossecução dos fins sociais regulares; ----------

3.3.7. Proposta de aprovação da Bilhética do Teatro Municipal da Lousã entre setembro e dezembro 2026; ----------

3.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -------

3.4.1. Requerimento n. º11209 de 21/08/2026 que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Casa Queimada, concelho de Lousã e Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio; ----------

3.4.2. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31.08.2026 de aprovação de revisão de preços relativa à empreitada de "Construção do Centro de Saúde da Lousã (2.ª fase)" ----------

3.5. OUTROS ASSUNTOS ----------

3.5.1. Proposta de aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativa para obras de substituição da cobertura do destacamento territorial da GNR da lousã, para efeitos de execução dos trabalhos nos termos protocolados; ----------

4. APROVAÇÕES EM MINUTA ----------

1.Público ----------

O Sr. Manuel Francisco Maria, residente na Rua 25 de Abril na Lousã manifestou o seu desagrado relativamente à organização e funcionamento das feiras, referindo que participa nas mesmas desde 1990/1991 e que, ao longo dos anos, tem assistido à perda do espírito e da identidade que, inicialmente, as caracterizavam. Relatou diversas situações em que se sentiu prejudicado, nomeadamente quanto às inscrições, participação e exposição dos seus produtos, criticando ainda a atuação de um funcionário municipal, que considera ter adotado comportamentos desrespeitosos para consigo. Reconheceu, contudo, o trabalho desenvolvido por algumas pessoas ligadas à organização das feiras. Questionou ainda o Executivo sobre se continuará a ser convidado a participar nas feiras e se poderá continuar a representar o Município em iniciativas externas, salientando que tem desempenhado essa função ao longo dos anos. Manifestou também preocupação com a descaracterização da Feira do Mel e da Castanha, nomeadamente pela introdução de produtos que considera afastados da natureza e dos objetivos originais destas iniciativas. Concluiu afirmando a sua disponibilidade para continuar a colaborar e representar o Município, desde que exista um convite e sejam asseguradas condições adequadas para a sua participação. ----------

O Sr. Presidente referiu que não vê qualquer inconveniente em que continue a representar o Município e a levar o nome da Câmara Municipal às iniciativas que são organizadas fora concelho, desde que estas sejam previamente solicitadas e devidamente autorizadas pelo Município, salientando a importância de as autorizações serem pedidas antecipadamente, uma vez que existem situações em que a representação institucional exige procedimentos prévios. Esclareceu, contudo, que nenhum funcionário municipal foi instruído para atrasar ou impedir qualquer processo de inscrição nas feiras. Reconheceu, ainda assim, que a situação relatada relativamente a uma inscrição que terá ficado pendente deverá ser averiguada,

comprometendo-se a chamar a atenção para o sucedido. Informou também que o modelo das feiras se encontra atualmente em revisão, estando o Município a procurar desenvolver uma nova abordagem e uma nova forma de organização. Relativamente à questão dos convites, considerou que, como princípio, quem participou em todas as edições de uma determinada feira deverá ser tido em consideração para efeitos de convite, sem prejuízo da disponibilidade e da agenda de cada participante. Acrescentou que irá procurar perceber o que esteve na origem da situação relatada, que classificou como uma possível distração dos serviços, e assegurar que a questão seja devidamente acompanhada. ----------

O Sr. Osvaldo Serra, residente em Vale de Nogueira abordou algumas situações que se verificam na aldeia de Vale de Nogueira, apresentando ao Senhor Presidente documentação e fotografias relativas aos problemas identificados. Começou por referir à existência, no Largo da Capela, de sinais de estacionamento proibido que terão sido retirados, desconhecendo se tal ocorreu por iniciativa da Câmara Municipal ou de terceiros. Considerou que a ausência dos sinais tem provocado problemas de estacionamento e circulação, designadamente para veículos de maiores dimensões e para os moradores. Mencionou uma situação no Largo da Relva relacionada com um estendal instalado por um casal que adquiriu uma habitação no local, ocupando, segundo afirmou, espaço da via pública. Informou que já alertou os moradores para a situação e entregou fotografias ao Executivo. Manifestou também preocupação com a falta de limpeza de algumas estradas e acessos à aldeia, salientando que a vegetação existente junto às vias poderá dificultar a passagem dos bombeiros em caso de incêndio. Considerou esta situação particularmente preocupante, tendo em conta os riscos existentes nas zonas serranas. A este propósito, deu como exemplo outra aldeia onde, segundo relatou, foi criada uma estrada em redor do aglomerado habitacional, permitindo melhorar o acesso em caso de incêndio e facilitar o abastecimento de água para combate às chamas. Questionou por que razão uma solução semelhante não tem sido possível em Vale de Nogueira apesar de, segundo afirmou, já ter participado num abaixo-assinado e realizado deslocações para procurar resolver o problema. Referiu ainda que alguns proprietários têm colocado obstáculos à abertura ou utilização de determinados acessos, situação que, no seu entender, prejudica a segurança da população e a

intervenção dos meios de socorro. Por fim, abordou a questão do abastecimento de água, referindo que a Câmara Municipal construiu uma estação de abastecimento numa zona mais baixa, permitindo garantir o fornecimento de água às habitações com dificuldades de pressão. Contudo, alertou para a existência de vegetação e silvas junto à infraestrutura, defendendo que o espaço deverá ser limpo e mantido em condições adequadas, de forma a assegurar o seu correto funcionamento e acesso. Abordou ainda uma situação relacionada com uma linha de água e uma nascente junto à Fonte Velha, cuja limpeza foi efetuada anteriormente com recurso a equipamento da Junta de Freguesia. Referiu que, na sequência das últimas chuvas, será necessária uma nova intervenção, designadamente para desobstruir a passagem da água e evitar problemas durante futuros períodos de precipitação ----------

O Sr. Presidente da Câmara começou por referir a necessidade de avaliar a reposição da sinalização e a existência de lugares destinados a pessoas com mobilidade reduzida, considerando que, apesar de atualmente não haver nenhuma pessoa nessas condições a utilizar aquele espaço, tal não significa que não deva existir um lugar reservado para esse efeito. Manifestou, por isso, disponibilidade para analisar a situação. Relativamente à ocupação da via pública no Largo da Relva, informou que a situação será analisada pelos serviços municipais, de forma a perceber concretamente o enquadramento e os constrangimentos existentes. Quanto às estradas de acesso ao tanque de abastecimento de água, esclareceu que a respetiva limpeza está prevista, mas que o Município teve de estabelecer prioridades, nomeadamente na reparação e manutenção dos tanques e na limpeza de outras vias. Salientou que o Município dispõe atualmente de apenas uma máquina para este tipo de trabalhos, tendo, ainda assim, sido possível limpar mais de 200 quilómetros de estradas, incluindo algumas que se encontravam intransitáveis há mais de 30 anos. Acrescentou que a estrada de acesso ao tanque também está prevista para intervenção, uma vez que aquele equipamento constitui uma infraestrutura importante para a proteção civil e para o apoio aos meios aéreos de combate a incêndios. Relativamente à possibilidade de abertura de uma estrada em redor da aldeia, explicou que se trata de um processo antigo que depende da autorização de todos os proprietários dos terrenos envolvidos. Sublinhou que o Município não pode intervir em propriedades privadas sem o consentimento dos

respetivos proprietários, referindo que já existiram situações em que as autorizações apresentadas não reuniam o acordo de todos os titulares. Quanto à situação relacionada com um casal estrangeiro e a utilização de terrenos para a criação de acessos e instalação de equipamentos, referiu que será necessário analisar juridicamente a situação e verificar até que ponto o Município poderá intervir. Informou ainda que a situação dos caminhos na Fonte Velha já se encontra identificada pelos serviços de Proteção Civil e será encaminhada para intervenção, procurando-se resolver os problemas existentes antes da ocorrência de novas intempéries. Por fim, o Senhor Presidente referiu que o Município tem vindo a intervir em diversas localidades e que existem trabalhos programados para várias zonas e várias aldeias, reconhecendo que há ainda muitas situações por resolver. Salientou, contudo, que os trabalhos têm vindo a ser realizados de forma faseada, de acordo com as prioridades e os recursos disponíveis, e que continuarão a ser programadas intervenções para os próximos anos. ----------

O Sr. Joaquim Oliveira, residente na Ponte Velha manifestou a sua preocupação relativamente ao estado de conservação e manutenção de uma via junto à sua residência, recordando que, há vários anos, suportou os custos da respetiva pavimentação, tendo ficado prevista a intervenção da Câmara Municipal nas acessibilidades. Referiu que o pavimento se encontra atualmente degradado e que persistem problemas de drenagem e escoamento de águas, agravados pela falta de manutenção adequada. Salientou ainda que, apesar de ter sido realizada uma limpeza das bermas, o troço que considera mais problemático não foi intervencionado. Questionou igualmente o facto de uma intervenção anteriormente prevista ter deixado de constar do plano de atividades, manifestando desagrado e esperança de que o Executivo possa encontrar uma solução para a renovação do pavimento e a melhoria da drenagem e manutenção da via. ----------

O Sr. Presidente da Câmara reconheceu a legitimidade da preocupação apresentada, mas explicou que o Município tem enfrentado, ao longo do ano, situações excecionais que obrigaram a canalizar recursos humanos e financeiros para intervenções urgentes. Referiu, designadamente, os danos provocados pelas intempéries, a necessidade de intervenção em diversas linhas de água e a preocupação acrescida com o risco de incêndio florestal, salientando que grande

parte dos recursos disponíveis foi direcionada para a manutenção e prevenção nestas áreas. Esclareceu que, nos primeiros nove meses de mandato, não foi possível resolver todas as situações acumuladas ao longo dos últimos anos, sobretudo quando surgem novas ocorrências que obrigam a alterar os planeamentos previamente definidos. Acrescentou que muitas das situações identificadas estão efetivamente registadas e previstas nos planos de intervenção, mas que nem sempre o momento em que os cidadãos necessitam da intervenção coincide com o momento em que existem condições financeiras, técnicas e operacionais para a executar. Relativamente à situação em concreto, informou que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia incluiu a intervenção no seu plano de atividades, o que demonstra que a necessidade está identificada e que existe vontade de a concretizar, ficando a execução dependente do respetivo planeamento e dos meios disponíveis. -------

A Sr.ª Maria Helena Serra, residente em Pousafoles apresentou diversas preocupações relacionadas com as condições da localidade. Começou por abordar o estado de conservação da estrada, salientando que o pavimento se encontra bastante degradado, com sucessivos remendos, tendo sido realizada anteriormente uma intervenção apenas parcial. Considerou que seria importante concluir a pavimentação do troço em falta, sobretudo porque as zonas adjacentes já foram intervencionadas. Referiu igualmente a necessidade de limpeza das valetas e sarjetas, alertando para o risco de entupimento e para os problemas de escoamento das águas pluviais. Manifestou ainda preocupação relativamente ao abastecimento de água e à inexistência de uma reserva de água, fontanário ou boca de incêndio na zona. Recordou que, em situações de falha de energia, a população fica também sem água, defendendo a criação de uma reserva que possa igualmente ser utilizada pelos bombeiros em caso de incêndio. Agradeceu, contudo, o trabalho realizado este ano na limpeza da envolvente da aldeia, considerando que essa intervenção contribuiu para melhorar as condições de segurança, sobretudo tendo em conta o risco de incêndio existente na zona. Por fim, questionou a possibilidade de colocação de um ecoponto, referindo que existem vários moradores que necessitam de uma solução para a deposição de garrafas e outros resíduos recicláveis. ----------

O Sr. Presidente da Câmara reconheceu as preocupações apresentadas e explicou que o elevado custo dos trabalhos de pavimentação tem condicionado a capacidade

de intervenção do Município, sendo necessário estabelecer prioridades. Referiu que algumas soluções provisórias, nomeadamente a aplicação de massas a frio para reparação de pavimentos, têm sido utilizadas como forma de minimizar os problemas enquanto não é possível realizar intervenções permanentes. Informou ainda que o Município está a trabalhar num novo procedimento que permitirá otimizar recursos e reduzir custos, procurando realizar mais intervenções com os mesmos meios disponíveis. Acrescentou que será efetuado o levantamento das necessidades e respetiva hierarquização, de forma a definir as prioridades de intervenção. Relativamente à questão da água e da proteção contra incêndios, informou que está prevista a instalação de uma boca de incêndio junto à zona das autocaravanas, que poderá ser utilizada pelos bombeiros, considerando esta uma solução importante para reforçar a capacidade de resposta em caso de incêndio. Quanto ao ecoponto, irá ser analisada a possibilidade de encontrar uma solução. Por fim salientou que o Município tem muitas necessidades acumuladas e recursos limitados, pelo que algumas intervenções terão de ser realizadas de forma faseada, evitando criar expectativas que não possam ser concretizadas. ----------

O Sr. António Alves Pereira começou por destacar a importância do lugar da Ponte Velha como elemento de entrada no concelho e como a estrada da beira continua a assegurar a circulação e o acesso a diversas localidades da região, apesar das alterações introduzidas com a abertura da variante. Considerou que esta zona poderá assumir um papel relevante na estratégia de turismo e valorização económica do concelho, defendendo a necessidade de melhorar a imagem e a qualidade dos espaços de entrada na Lousã. Nesse sentido, chamou a atenção para pequenas intervenções que poderiam contribuir para a valorização da zona, nomeadamente a limpeza da vegetação junto à via, a manutenção de uma boca de incêndio e a criação de passeios, bancos, jardins e arborização num troço com condições para esse efeito. Referiu ainda uma estrada localizada na zona de crescimento urbano, junto a novas habitações, que se encontra asfaltada até ao limite do concelho, mas que apresenta cerca de 200 metros sem pavimentação já no concelho de Vila Nova de Poiares. Considerou que poderia ser estabelecido um entendimento entre os dois municípios para concluir essa ligação, criando um novo acesso e melhorando a circulação entre as localidades. Alertou também para problemas de manutenção das

estradas e das valetas, salientando que, quando estas se encontram assoreadas ou obstruídas, as águas passam sobre o pavimento, contribuindo para a sua degradação. Referiu ainda que a utilização das estradas por veículos pesados, designadamente ligados ao transporte de madeira, agrava a degradação dos pavimentos, defendendo uma intervenção mais regular nas valetas e sistemas de drenagem. Relativamente aos ecopontos, alertou para a insuficiente capacidade de alguns equipamentos, que ficam rapidamente cheios, levando à deposição de resíduos no exterior e prejudicando a imagem das localidades. Considerou importante que o Município acompanhe esta situação junto das entidades responsáveis e avalie o reforço da capacidade de recolha. Concluiu reforçando que, se o Município pretende apostar no turismo e na valorização do território, deverá igualmente dar atenção à manutenção dos espaços públicos, das estradas, das zonas verdes e das entradas do concelho, uma vez que estes elementos contribuem significativamente para a imagem que os visitantes levam da Lousã. ----------

O Sr. Presidente da Câmara referiu que antes do embelezamento da vila, existem várias questões prioritárias a acompanhar, estando algumas situações já a ser objeto de negociação e análise por parte do Município. Relativamente à situação dos ecopontos, salientou a existência de constrangimentos significativos, que têm motivado um contacto praticamente diário da Câmara Municipal com a ERSUC, através de telefonemas e comunicações escritas, solicitando uma intervenção urgente. Esclareceu ainda que a comunicação pública efetuada pelo Município sobre esta matéria resulta precisamente da necessidade de dar resposta a uma situação que exige acompanhamento permanente e que tem implicado contactos frequentes com o Governo. Quanto às restantes questões apresentadas, referiu que são transversais ao concelho e que serão analisadas caso a caso, com a urgência que cada situação exige, tendo em consideração os recursos e os horizontes temporais disponíveis. ----------

2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

2.1 – Faltas ----------

Registou-se a falta do Sr. Vereador Luís Santa faltou a qual foi justificada ------

2.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, destacou o êxito do Summer Cemp, da diversidade de temas abordados e a qualidade dos vários painéis de oradores, salientando o retorno muito positivo recebido por parte dos participantes, incluindo dos mais jovens. Referiu ainda que o evento teve um impacto significativo na projeção da Lousã, com custos financeiros muito reduzidos para o Município, para além dos custos associados aos procedimentos e ao trabalho interno dos serviços. No que respeita à paragem do Metro, na Zona Industrial do Padrão, informou que a localização já se encontra identificada, estando a ser ultimados alguns pormenores. Referiu que existe disponibilidade orçamental por parte da Metro Mondego para a concretização da obra em 2027, aguardando-se apenas a necessária autorização do Governo. Salientou tratar-se de uma intervenção considerada importante para o bom funcionamento e expansão do sistema Metro Mondego. Quanto à zona industrial do Alto do Padrão, informou que o Município tem registado uma procura crescente por parte de novas empresas. Existem já duas empresas que formalizaram pedidos de instalação e outras encontram-se em fase de espera, sendo necessária a aquisição de mais parcelas de terreno para dar resposta a essa procura. O Município encontra-se, assim, a preparar as condições para a atribuição dos lotes e para a concretização dos investimentos. Relativamente às intervenções na ribeira de S. João, informou que estão a ser concluídos trabalhos de movimentação de terras e que, posteriormente, será instalada a respetiva rede/sistema de abastecimento de água, permitindo uma resposta mais rápida em caso de ignição. Sublinhou que estas intervenções decorrem, em parte, das exigências associadas às candidaturas e programas de financiamento. Foi ainda prestada informação sobre diversas obras e intervenções em equipamentos municipais e escolares, e sobre o início da intervenção no ramal de águas pluviais da Rua Engenheiro Duarte Pacheco. Referiu ainda que existe uma forte pressão para concretizar diversas obras durante o mês de setembro, tendo em conta a aproximação do período de inverno e as limitações decorrentes das condições meteorológicas. Sublinhou, contudo, que os recursos disponíveis e os procedimentos necessários condicionam os prazos de execução. Informou também que se encontra previsto, no âmbito da proteção civil, um contrato-programa com a APA, cuja assinatura permitiria dar continuidade à intervenção da Ribeira de S. João e, se possível, concluir alguns trabalhos ainda

antes do inverno. Por fim, esclareceu que está previsto um procedimento destinado a realizar uma intervenção de manutenção mais profunda, de forma a garantir melhores condições durante o próximo inverno. No entanto, a intervenção financiada através da candidatura existente apenas poderá, previsivelmente, ser concretizada a partir de abril, em virtude das limitações impostas pelas condições meteorológicas e pelos prazos associados à candidatura. ----------

2.2.1 Voto de Pesar pelo Falecimento de João Carinhas Simões. ----------

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o Voto de Pesar pelo falecimento de João Carinhas Simões; ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Voto o Voto de Pesar pelo falecimento de João Carinhas Simões; (Doc. 1 (um)) --

2.3. Intervenção dos vereadores ----------

O Sr. Vereador António Marçal solicitou alguns esclarecimentos relativamente ao procedimento que estaria a ser estudado para dar resposta à questão da pavimentação das vias, considerando tratar-se de uma matéria de particular importância e manifestando interesse em conhecer o respetivo ponto de situação. Questionou, igualmente, o Senhor Presidente relativamente ao processo de ajuste direto para a realização de um espetáculo piromusical, solicitando alguns esclarecimentos sobre o referido procedimento. De seguida, referiu uma situação relacionada com uma infraestrutura de drenagem junto ao Lavadouro das Poças, considerando importante encontrar uma solução adequada e definitiva para o problema existente. Relativamente ao Metro Mondego, questionou o Senhor Presidente sobre a localização prevista para a futura estação na zona industrial, tendo em conta a configuração da área e a disponibilidade de terrenos, que poderão condicionar as soluções possíveis. Salientou, ainda, a importância do crescimento da zona industrial, considerando fundamental continuar a apostar na captação de empresas, não apenas pela dinamização económica do concelho, mas sobretudo pela capacidade de criação de emprego e de fixação da população. Neste contexto, questionou se seria possível partilhar, ainda que de forma preliminar, a localização prevista para a estação do Metro Mondego, de modo a permitir conhecer as soluções técnicas que estão a ser equacionadas e a perceber de que forma poderão ser articuladas com a expansão da zona industrial. Ainda relativamente ao Metro

Mondego, referiu ter conhecimento de que estaria a ser realizado um levantamento ou estudo relativo ao troço Lousã-Serpins, questionando se o mesmo já teria sido concluído ou se ainda se encontrava em curso. Relacionou esta questão com a existência de alguns locais onde poderão verificar-se problemas de drenagem e escoamento, cuja identificação e análise considera importante. Solicitou, assim, que, logo que o referido estudo esteja concluído, a informação possa ser partilhada, designadamente quanto à identificação das situações consideradas mais problemáticas e às medidas que poderão vir a ser adotadas. Por fim, abordou a necessidade de uma abordagem integrada das intervenções nas linhas de água e nos rios, considerando que estas matérias ultrapassam frequentemente os limites administrativos de um único município. Questionou, nesse sentido, de que forma poderá ser assegurada a articulação entre os diferentes municípios atravessados pelas mesmas linhas de água, designadamente no que respeita ao Rio Ceira. Considerou que, em situações desta natureza, seria importante existir uma intervenção coordenada e integrada entre os municípios envolvidos, de forma a assegurar uma adequada gestão das linhas de água e a prevenir ou minimizar os problemas decorrentes de fenómenos de precipitação intensa. Concluiu questionando o Senhor Presidente sobre a existência de algum modelo de articulação intermunicipal ou de intervenção conjunta que permita assegurar uma abordagem integrada destas situações. ----------

A Sr.ª Vereadora Cristina Silva informou sobre os preparativos para o início do ano letivo, referindo as reuniões preparatórias realizadas com as empresas responsáveis pelas atividades de animação e apoio à família, bem como com as respetivas monitoras, tendo em vista assegurar o adequado acompanhamento das crianças. Explicou que estas reuniões tiveram como principal objetivo identificar e prevenir situações que, no ano letivo anterior, haviam suscitado algumas dificuldades, quer no relacionamento com a Câmara Municipal, quer com os encarregados de educação. Salientou que, neste momento, existe uma preparação mais robusta nesta área, tendo sido dada especial atenção às crianças com necessidades especiais e a outras situações anteriormente identificadas. Acrescentou que o acompanhamento será realizado de forma mais próxima, em articulação com as empresas e respetivas coordenadoras, bem como com o Agrupamento de Escolas, procurando assegurar

uma resposta mais adequada às necessidades das crianças e das famílias. Relativamente às empresas responsáveis pelos serviços, esclareceu que a Moderação em Rigor ficará responsável pelo Jardim de Infância do Regueiro, enquanto a J.A, assegurará os restantes estabelecimentos de ensino. Informou ainda que seria realizada, na semana seguinte, uma reunião preparatória com a empresa KNOW HOW responsável pelas AEC´S, com a participação de um representante do Agrupamento, com o objetivo de identificar eventuais aspetos suscetíveis de melhoria. Referiu igualmente que já tinha sido realizada uma reunião preparatória com a empresa responsável pelo fornecimento das refeições escolares - GERTAL- , que continuará a assegurar o serviço no próximo ano letivo. Nesta reunião foram analisadas situações identificadas no ano anterior e que carecem de aperfeiçoamento, nomeadamente algumas questões relacionadas com a cozinha da EB1. Foi também abordada a manutenção do transporte das refeições entre os diferentes estabelecimentos de ensino, designadamente entre a EB2 e a Escola Secundária. Informou ainda que decorreram reuniões com os docentes e pessoal não docente e que estavam a ser ultimados os preparativos para o início do ano letivo. Fez referência ao evento Setembro Amarelo, um seminário dedicado à prevenção do suicídio que decorrerá a 7 de setembro, no Teatro Municipal. Referiu ainda as jornadas pedagógicas que irão decorrer a 8 e 9 de setembro e cuja preparação está a ser realizada em articulação com o Agrupamento de Escolas e com a STATUS. Referiu também que, no dia 31 de agosto, tomou posse o novo Diretor do Agrupamento de Escolas, Pedro Balhau, a quem dirigiu votos de um excelente trabalho e reiterou a disponibilidade do Município para continuar a colaborar no bom funcionamento do Agrupamento. Na área do envelhecimento ativo, informou que a Universidade Sénior Serras e Rios está a preparar o próximo semestre, tendo a equipa técnica reunido, no dia 2 de setembro, para esse efeito, estando o Município a assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades. Informou ainda que está em curso a constituição do Conselho Municipal Sénior, tendo já sido identificados alguns dos elementos que poderão integrar o novo órgão. Referiu que estão a ser efetuados os contactos necessários para a respetiva constituição e que possivelmente ainda este ano se realizará uma reunião com o novo Conselho. Informou também que se encontra constituída a Equipa para a Igualdade na Vida

Local, que iniciará agora a sua intervenção com a nova composição. Por fim, informou que se encontram no concelho, 36 jovens voluntários da Paróquia de Belas, no âmbito de um programa de voluntariado, desenvolvendo atividades em diversos espaços municipais, na Santa Casa da Misericórdia e noutras instituições, em articulação com as entidades locais. Referiu que os jovens permaneceriam no concelho até ao sábado seguinte, estando previstas diversas atividades de voluntariado e momentos de convívio, agradecendo a todos os envolvidos a colaboração prestada. ----------

A Sr.ª Vereadora Helena Correia agradeceu as informações prestadas relativamente à preparação do início do ano letivo, salientando que, muitas vezes, são pequenas intervenções e melhorias que contribuem significativamente para o conforto e o bem-estar das crianças e de toda a comunidade educativa. Manifestou, por isso, o desejo de que as melhorias identificadas possam ser concretizadas dentro dos prazos previstos, considerando importante que as situações detetadas no ano letivo anterior sejam corrigidas ou minimizadas antes do início das atividades. Referiu ainda que, embora exista sempre algum grau de incerteza associado ao funcionamento de serviços que envolvem pessoas — nomeadamente monitoras, pessoal docente, crianças e famílias —, uma preparação atempada e cuidada poderá contribuir para prevenir e minimizar situações mais difíceis de resolver posteriormente. Deixou uma palavra de reconhecimento ao Diretor do Agrupamento de Escolas, Professor Pedro Balhau, pela sua tomada de posse, formulando votos de sucesso no desempenho das suas funções e de continuidade do trabalho desenvolvido em prol do bom funcionamento do Agrupamento e de toda a comunidade educativa. Questionou, ainda, se já se encontravam colocados todos os docentes necessários ao início do ano letivo, atendendo à informação de que tinham sido colocados cerca de 70 novos docentes, e manifestou preocupação quanto à possibilidade de o ano letivo se iniciar sem todos os professores disponíveis. ----

A Sr Vereadora Cristina Silva esclareceu que o Diretor do Agrupamento seria a pessoa mais habilitada a prestar informação detalhada sobre a colocação de professores. Contudo, de acordo com a informação transmitida numa reunião realizada com os docentes, existem algumas situações de mobilidade e de ausências por motivos de saúde, que apenas podem ser devidamente identificadas após a

apresentação dos docentes, prevista para o dia 1 de setembro. Referiu ainda que algumas situações poderão implicar a necessidade de substituição de docentes ou de reajustamento da distribuição de serviço, estando esta matéria a ser acompanhada e gerida pela Direção do Agrupamento. Esclareceu ainda que, em determinados casos, a existência de docentes com redução de serviço por motivos de saúde poderá originar horas letivas disponíveis, cuja gestão e distribuição caberá à Direção do Agrupamento, de acordo com as necessidades existentes. Esclareceu que a organização das coordenações dos diferentes estabelecimentos de ensino se encontra assegurada, mantendo-se, designadamente, as coordenações dos jardins de infância e das escolas. ----------

O Sr. Presidente da Câmara em resposta à questão colocada relativamente à pavimentação das vias, esclareceu que a forma de execução dos trabalhos será semelhante, sendo diferente o procedimento a adotar. Informou que está a ser estudada a possibilidade de contratar os serviços de uma empresa que assegure a maquinaria e a mão de obra necessárias, ficando o Município responsável pelo fornecimento do material. Referiu que se pretende realizar uma experiência durante um período de dois a três meses, estando atualmente a ser definido o respetivo calendário. Considerou que esta solução poderá permitir aumentar significativamente a capacidade de intervenção do Município, possibilitando realizar um maior número de trabalhos com os recursos disponíveis. Informou ainda que o procedimento está a ser acompanhado pelo Departamento de Obras Públicas, prevendo-se que seja lançado brevemente. Relativamente ao ajuste direto referente ao espetáculo piromusical, o esclareceu que o espetáculo se encontrava inicialmente contratado para as Festas de São João. Contudo, na sequência da situação de risco elevado de incêndio verificada na altura, o Município considerou não ser adequado realizar o espetáculo, tendo sido acordado com a empresa a alteração da sua realização para uma data posterior, designadamente para as comemorações de fim de ano. Esclareceu que o serviço ainda não foi prestado e que a alteração da data permitiu evitar o cancelamento do contrato e eventuais encargos decorrentes de uma indemnização à empresa, uma vez que o procedimento já se encontrava devidamente tramitado. Relativamente à situação de drenagem de águas no lugar das Poças, informou que o Município está a avaliar um procedimento técnico que

permita minimizar os problemas existentes, reconhecendo tratar-se de uma situação antiga e particularmente penalizadora para as pessoas afetadas. Referiu que a situação está a ser acompanhada pelos serviços técnicos municipais e que, numa próxima reunião, poderá ser prestada informação mais detalhada sobre a solução que venha a ser equacionada. Relativamente ao Ramal da Lousã, informou que as duas intervenções previstas já se encontram concluídas, representando um investimento global de cerca de 510 mil euros. Explicou que as intervenções foram realizadas dentro dos prazos previstos, tendo sido possível recorrer diretamente às empresas que já se encontravam a executar trabalhos no local, o que permitiu uma maior celeridade na concretização das obras. Quanto ao estudo referido anteriormente, esclareceu que o mesmo abrange todo o traçado e que, no que respeita ao concelho da Lousã, já terá sido efetuada a avaliação das situações existentes. Referiu que, na sequência desse levantamento, foi identificada uma situação que, entretanto, já foi objeto de intervenção. Informou ainda que está a ser estabelecido um protocolo para assegurar a manutenção permanente de todo o traçado, com especial atenção às zonas suburbanas, consideradas mais vulneráveis. Está igualmente prevista uma verba anual, de montante significativo, destinada a pequenas intervenções e trabalhos de manutenção ao longo de todo o traçado, permitindo assegurar a continuidade das condições de segurança. Relativamente às intervenções nas linhas de água e zonas ribeiras, informou que os primeiros contratos-programa disponibilizados pelo Governo tinham um montante global de cerca de 500 mil euros, não tendo a Lousã sido inicialmente contemplada. Posteriormente, na sequência das negociações realizadas, foi atribuída ao Município uma verba de 375 mil euros, no âmbito de um pacote global de cerca de 3,5 milhões de euros destinado a 26 municípios. Referiu que a Lousã se encontra entre os municípios que beneficiam de uma das parcelas mais significativas desse financiamento, o que permitirá realizar intervenções consideradas prioritárias. Acrescentou que o Município pretende utilizar esta verba para realizar intervenções de manutenção com alguma robustez, particularmente nos pontos mais críticos das linhas de água, de forma a melhorar a capacidade de resposta perante futuros episódios de precipitação intensa. Salientou, contudo, que estas intervenções deverão ser devidamente articuladas com outras obras que possam vir a ser

realizadas posteriormente, designadamente no âmbito de candidaturas já apresentadas pelo Município. Informou ainda que, no imediato, serão realizadas intervenções de limpeza e manutenção das linhas de água, incluindo a remoção de árvores e vegetação que possam constituir obstáculos ao normal escoamento das águas. Referiu que algumas destas zonas não eram objeto de uma intervenção significativa há alguns anos, estando previstas, para além das ações de limpeza, intervenções pontuais em muros e outras estruturas existentes. Explicou que os serviços municipais estão atualmente a avaliar os locais mais críticos, procurando assegurar uma intervenção prioritária nos pontos onde são conhecidos problemas de escoamento, nomeadamente junto de pontes e outras passagens hidráulicas, evitando a acumulação de madeira, árvores ou outros materiais que possam provocar obstruções. Reconheceu que os episódios de precipitação ocorridos no início do ano, associados a outros fatores e às condições excecionais então verificadas, provocaram constrangimentos significativos. Considerou, por isso, importante aproveitar os recursos atualmente disponíveis para reforçar a capacidade de resposta do Município antes dos próximos períodos de maior precipitação. Referiu, contudo, que nem todas as intervenções poderão ser realizadas de imediato, devendo ser estabelecidas prioridades em função das necessidades identificadas e da verba disponível. Concluiu afirmando que os trabalhos serão acompanhados de perto pelos serviços municipais, com o objetivo de concretizar as intervenções prioritárias e aproveitar, sempre que possível, os mecanismos de financiamento existentes para assegurar uma intervenção mais abrangente ao longo do próximo ano. ----------

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

3.1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 06/07/2026

Retirada da ata da ordem de trabalhos ----------

3.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ----------

3.2.1. Proposta de aprovação das cláusulas contratuais da minuta de escritura de compra e venda relativa à aquisição do imóvel designado por lote 42 da Quinta de Santa Rita à sociedade Carvalhos, Lda; ----------

O Sr. Vereador António Marçal referiu que o documento em apreciação poderá vir a revelar-se importante para a definição de futuras intervenções, considerando,

contudo, que algumas matérias deverão ainda ser devidamente analisadas e discutidas antes da sua aprovação. Questionou, nomeadamente, sobre os prazos associados ao procedimento, tendo em conta que se está no mês de setembro, e procurou esclarecer se, caso o processo decorresse normalmente, o prazo máximo para a sua concretização ocorreria ainda antes do final do ano. Referiu que, tratando-se de um procedimento sujeito a apreciação pelo Tribunal de Contas, poderia existir algum risco de prolongamento dos prazos, caso fossem suscitados pedidos de esclarecimento ou outros elementos adicionais. Considerou, por isso, importante acautelar esta questão, atendendo aos prazos necessários para a concretização do projeto e das respetivas obras. Manifestou ainda algumas reservas de natureza técnica relativamente a determinadas disposições constantes do contrato, designadamente quanto à previsão de determinados mecanismos de revisão ou alteração de preços, considerando que seria importante esclarecer devidamente essa matéria antes da aprovação do documento. Concluiu salientando que as questões colocadas tinham essencialmente um carácter técnico e de cautela, pretendendo assegurar que o procedimento se encontra devidamente salvaguardado e que os prazos previstos permitem a concretização das intervenções em causa. --

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o documento em apreciação constitui um elemento necessário para instruir o processo a submeter à apreciação do Tribunal de Contas, pelo que a sua aprovação assume particular importância para o prosseguimento do procedimento. Salientou ainda a questão dos prazos, nomeadamente a possibilidade de a celebração do contrato apenas ocorrer em janeiro, circunstância que poderá ter algum impacto na programação inicialmente prevista. Considerou, contudo, importante assegurar, desde já, a tramitação do procedimento, tendo em conta que a sua concretização não depende exclusivamente da atuação do Município, mas também dos prazos inerentes à apreciação e eventual intervenção do Tribunal de Contas. ----------

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação das cláusulas contratuais da minuta de escritura de compra e venda relativa à aquisição do imóvel designado por lote 42 da Quinta de Santa Rita à sociedade Carvalhos, Lda;
A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PS, deliberou aprovar a proposta de aprovação das cláusulas contratuais da minuta de

escritura de compra e venda relativa à aquisição do imóvel designado por lote 42 da Quinta de Santa Rita à sociedade Carvalhos, Lda (Doc. 1 (um)) ----------

3.2.2. Proposta de aprovação das cláusulas contratuais da minuta de contrato de empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00€ para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município ----------

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação das cláusulas contratuais da minuta de contrato de empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00€ para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município; ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PS, deliberou aprovar a proposta de aprovação das cláusulas contratuais da minuta de contrato de empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00€ para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município; (Doc. 2 (dois)) ----------

3.2.3. Proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de 19.12.2025 relativa à orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2026; –

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de 19.12.2025 relativa à orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2026; ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de 19.12.2025 relativa à orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2026 (Doc. 3 (três))

3.2.4. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.08.2026 de autorização do recrutamento de 4 trabalhadores para a categoria de Assistentes Operacionais (área educação) por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto; ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.08.2026 de autorização do recrutamento de 4 trabalhadores para a categoria de Assistentes Operacionais (área educação) por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto; -------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de

27.08.2026 de autorização do recrutamento de 4 trabalhadores para a categoria de Assistentes Operacionais (área educação) por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto; (Doc. 4 (quatro)) ----------

3.2.5. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.08.2026 de autorização do recrutamento de 1 trabalhador para a categoria de Assistente Operacional (área educação) por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado; ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.08.2026 de autorização do recrutamento de 1 trabalhador para a categoria de Assistente Operacional (área educação) por contrato de trabalho em funções públicas por termo indeterminado; ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.08.2026 de autorização do recrutamento de 1 trabalhador para a categoria de Assistente Operacional (área educação) por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado; (Doc. 5 (cinco)) ----------

3.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE ----------

3.3.1. Proposta de ratificação da celebração do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo de apoio à realização do WRC Vodafone Rally de Portugal 2026 com o Automóvel Clube de Portugal; ----------

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o documento em apreciação já havia sido anteriormente remetido à Câmara Municipal, embora não tivesse sido apresentado de forma completa. Esclareceu que o processo foi objeto de várias tramitações entre diferentes entidades, tendo sido agora remetida a documentação em falta, designadamente a informação relativa à área do Turismo, razão pela qual o documento é novamente apresentado para apreciação e votação. ----------

A Sr.ª Vereadora Helena Correia questionou se já se encontrava disponível o estudo de impacto económico e de estimativa associado ao WRC Vodafone Rally de Portugal 2026 e se seria possível aos membros da Assembleia Municipal ter acesso ao mesmo. ----------

O Sr. Presidente da Câmara informou que assim que possua o referido estudo dará conhecimento. ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação da celebração do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo de apoio à realização do WRC Vodafone Rally de Portugal 2026 com o Automóvel Clube de Portugal; ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação da celebração do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo de apoio à realização do WRC Vodafone Rally de Portugal 2026 com o Automóvel Clube de Portugal (Doc. 6 (seis)) ----------

3.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 323316859; ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 323316859; -

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 323316859 (Doc. 7 (sete)) ----------

3.3.3. Voto de Reconhecimento a Catarina Sobral; ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação Voto de Reconhecimento a Catarina Sobral pela conquista da 30.º edição do Prémio Nacional de Ilustração; --

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Voto de Reconhecimento a Catarina Sobral pela conquista da 30.º edição do Prémio Nacional de Ilustração (Doc. 8 (oito)) ----------

3.3.4. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31.08.2026 de não adjudicação e consequente extinção do procedimento "Concurso Público n.º 04/2026 - Prestação de serviços nas Piscinas Municipais da Lousã e Atividades Desportivas Municipais, pelo período de 12 meses"; ----------

O Sr. Vereador António Marçal solicitou um esclarecimento de natureza técnica relativamente ao procedimento em apreciação, tendo questionado a forma como

foram avaliadas as duas propostas apresentadas e, em particular, os critérios utilizados pelo júri na análise dos requisitos de admissibilidade. Referiu que, numa primeira análise, ambas as propostas reuniam condições para prosseguir no procedimento, tendo posteriormente sido efetuada a avaliação de acordo com o critério do preço. Foram, contudo, suscitadas dúvidas relativamente a uma das propostas, designadamente quanto à documentação apresentada para comprovar determinados requisitos técnicos. Nesse contexto, questionou se a documentação em falta poderia ser suprida posteriormente e se tal procedimento encontraria enquadramento no Código dos Contratos Públicos, designadamente nas disposições relativas ao suprimento de irregularidades formais. Deu como exemplo a necessidade de apresentação de documentação comprovativa da existência de técnicos com qualificações específicas para assegurar determinadas atividades, questionando em que momento essa documentação deveria ser exigida e verificada. Questionou ainda de que forma estavam a ser assegurados os serviços, considerando que a piscina se encontrava em funcionamento desde o início de setembro e que o procedimento de contratação ainda estava em tramitação. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a situação resultou do facto de alguns documentos apresentados pela entidade concorrente, designadamente os relacionados com a respetiva associação profissional, terem, entretanto, perdido a validade. Embora a entidade tivesse informado que os novos documentos haviam sido solicitados atempadamente, os mesmos não chegaram em tempo útil para integrar a documentação inicialmente apresentada no procedimento. Referiu ainda que, numa perspetiva técnica, alguns dos documentos poderiam ter sido exigidos apenas na fase de habilitação, evitando-se, dessa forma, a situação entretanto verificada. Reconheceu que esta questão poderá justificar uma análise mais aprofundada em futuros procedimentos. Esclareceu que o procedimento em causa é utilizado pelo Município desde 2014 e que, do ponto de vista financeiro, tem sido considerado a solução mais favorável para assegurar este serviço. Contudo, reconheceu que se trata de um procedimento que poderá ser objeto de revisão futura, tendo o Município intenção de o reavaliar. Explicou que a prestação do serviço exige entre sete e dez técnicos, atendendo ao número de utilizadores da piscina, que ronda os 2.000 utilizadores mensais, sendo atualmente assegurada

através de contratação externa. Considerou que, nas atuais circunstâncias, esta solução continua a revelar-se funcional e economicamente adequada para o Município. Salientou também que, apesar do esforço financeiro associado ao funcionamento da piscina, trata-se de um serviço com elevada procura e que o Município pretende continuar a assegurar, procurando, simultaneamente, melhorar a sua eficiência. Esclareceu que, para garantir a continuidade do serviço enquanto decorre o novo procedimento, foi adotada a solução de prorrogação temporária do contrato existente, pelo período de 60 dias, permitindo assegurar o funcionamento da piscina até à conclusão do procedimento de contratação. Referiu ainda que, embora existissem outros enquadramentos legais que poderiam eventualmente permitir uma adjudicação direta, se considerou mais adequado, do ponto de vista da transparência e da relação com as entidades, avançar com um novo procedimento.

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31.08.2026 de não adjudicação e consequente extinção do procedimento "Concurso Público n.º 04/2026 - Prestação de serviços nas Piscinas Municipais da Lousã e Atividades Desportivas Municipais, pelo período de 12 meses"; ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31.08.2026 de não adjudicação e consequente extinção do procedimento "Concurso Público n.º 04/2026 - Prestação de serviços nas Piscinas Municipais da Lousã e Atividades Desportivas Municipais, pelo período de 12 meses"; (Doc. 9 (nove)) ---

3.3.5. Proposta de atribuição de apoio financeiro às instituições desportivas do Concelho, no montante global de 230.150,00 €, para prossecução da sua atividade na época desportiva 2026/2027; ----------

A Sr.ª Vereadora Maria João Franca salientou o trabalho desenvolvido por estas entidades, destacando o empenho e a dedicação dos seus dirigentes, colaboradores e voluntários, que contribuem para a dinamização das freguesias e para o reforço da participação comunitária, nomeadamente nas áreas da cultura e do desporto. Referiu que o Município deve assumir um papel de parceiro, apoiando estas entidades e criando condições para que possam prosseguir o trabalho desenvolvido junto das respetivas comunidades. ----------

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, em termos médios, se verificou um aumento de cerca de 5%, tendo, em alguns casos, os apoios sido reforçados em 15% a 20%, procurando o Município ajustar os valores às necessidades identificadas por algumas das associações e clubes. Referiu que, para além dos apoios financeiros, o Município dispõe de outras formas de colaboração, designadamente através da realização de obras e intervenções nos edifícios e equipamentos onde as associações desenvolvem as suas atividades, bem como através de apoios pontuais, sempre que as circunstâncias e as necessidades concretas o justifiquem. Relativamente ao Arouce Praia, esclareceu que a mesma não se encontra contemplada no documento em apreciação, por estar inativo, contudo, referiu a possibilidade de realização de uma intervenção no respetivo campo de jogos, a analisar oportunamente. ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de apoio financeiro às instituições desportivas do Concelho, no montante global de 230.150,00 €, para prossecução da sua atividade na época desportiva 2026/2027; - A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro às instituições desportivas do Concelho, no montante global de 230.150,00 €, para prossecução da sua atividade na época desportiva 2026/2027 (Doc. 10 (dez)) ----------

3.3.6. Proposta para a atribuição de financiamento às associações culturais e recreativas do concelho da lousã no montante global de 84 250,00€ para prossecução dos fins sociais regulares; ----------

A Sr. Vereadora Helena Correia solicitou esclarecimentos relativamente às entidades contempladas, designadamente quanto à situação da Associação de Desenvolvimento Social e Cultural do Pinhal, questionando se a mesma se encontrava ainda em funcionamento. Questionou a inclusão da Associação Recreativa e Cultural das Gândaras, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), na referida proposta, bem como a razão pela qual outras IPSS do concelho, designadamente a ADIC e a Santa Casa da Misericórdia, não se encontraram contempladas nos mesmos termos. ----------

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a atribuição dos apoios está condicionada à apresentação, pelas entidades beneficiárias, da documentação

necessária e da informação relativa às atividades que pretendem desenvolver, devendo igualmente comprovar o cumprimento das condições previstas para a atribuição dos apoios municipais. Relativamente à entidade anteriormente referida, esclareceu que a atribuição do apoio dependerá da confirmação de que a mesma se mantém em funcionamento. Caso tal não se verifique, o respetivo apoio não será atribuído. Quanto à Associação Recreativa e Cultural das Gândaras, explicou que, para além da sua natureza de IPSS, desenvolve também atividades de carácter cultural, razão pela qual se encontra contemplada na proposta, sendo o apoio destinado às atividades que desenvolve nessa área. ----------

A Sr.ª Vice-Presidente esclareceu que uma das entidades anteriormente apoiadas- Associação de Combatentes do Ultramar - deixou de constar da proposta na sequência do encerramento da respetiva atividade, tendo sido integradas outras entidades que passaram a desenvolver atividades de âmbito cultural. Informou que o Município se encontra a preparar uma nova proposta de regulamento de atribuição de apoios municipais, já em fase adiantada de elaboração, com o objetivo de estabelecer critérios mais uniformes, transparentes e equitativos para todas as entidades, designadamente tendo em consideração as diferenças atualmente existentes quanto ao apoio às sedes, aos transportes e a outras necessidades das associações. Referiu ainda que a maioria das entidades contempladas já apresentou a documentação e a informação relativas às atividades a desenvolver, sendo que a atribuição efetiva dos apoios ficará condicionada à conclusão do respetivo processo documental e ao cumprimento das condições previstas. Por fim, explicou que o levantamento realizado teve como objetivo reunir, num único momento, todas as entidades que reúnem condições para beneficiar dos apoios municipais, evitando a necessidade de proceder sucessivamente a novas alterações à listagem à medida que outras entidades apresentassem a respetiva documentação. ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta para a atribuição de financiamento às associações culturais e recreativas do concelho da lousã no montante global de 84 250,00€ para prossecução dos fins sociais regulares;

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta para a atribuição de financiamento às associações culturais e recreativas

do concelho da lousã no montante global de 84 250,00€ para prossecução dos fins sociais regulares; (Doc. 11 (onze)) ----------

3.3.7. Proposta de aprovação da Bilhética do Teatro Municipal da Lousã de setembro a dezembro 2026; ----------

A Sr.ª Vereadora Helena Correia salientou que a proposta apresenta uma oferta cultural diversificada e de interesse, abrangendo diversas áreas e que poderá contribuir para a criação e consolidação de hábitos de frequência regular de diferentes manifestações culturais. Referiu igualmente que a integração de iniciativas associadas a festivais que decorrem no concelho poderá contribuir para reforçar e diversificar a programação do Teatro Municipal. Salientou a importância de uma divulgação ampla e direcionada dos espetáculos, junto dos públicos específicos, de modo a assegurar uma maior participação e a potenciar o investimento realizado pelo Município na programação cultural. Questionou a ausência de programação em determinados períodos, designadamente nos meses de novembro e dezembro, procurando esclarecer se tal circunstância se prende com uma opção estratégica destinada a disponibilizar esses períodos para iniciativas promovidas pelas associações e agentes culturais locais. Considerou que, caso essa opção corresponda a uma estratégia de valorização das associações e da oferta cultural do concelho, poderá constituir uma oportunidade para reforçar a participação dos agentes locais na programação do Teatro Municipal. Apontou algumas incorreções de natureza formal e técnica na informação que acompanha a proposta. Nesse sentido, sugeriu que a proposta e a respetiva documentação de suporte fossem revistas e corrigidas antes da sua divulgação, garantindo a coerência das datas e da informação apresentada. ----------

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu a necessidade de assegurar a existência de datas disponíveis para os agentes culturais locais, considerando importante que o Teatro Municipal constitua também um espaço de promoção e valorização da produção artística do concelho. Neste contexto, salientou que o funcionamento do Teatro Municipal representa um investimento anual significativo para o Município, considerando importante continuar a procurar soluções que permitam otimizar esse investimento e caminhar para um modelo de programação que contemple uma maior participação de artistas e agentes culturais locais. Considerou que uma maior

integração dos agentes locais poderá contribuir para a diversificação da oferta cultural do concelho e, simultaneamente, permitir uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, libertando meios para outros investimentos relevantes para o território. ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação da Bilhética do Teatro Municipal da Lousã de setembro a dezembro 2026; ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar Bilhética do Teatro Municipal da Lousã de setembro a dezembro 2026 (Doc. 12 (doze)) ----------

3.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -------

3.4.1. Requerimento n. º11209 de 21/08/2026 que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Casa Queimada, concelho de Lousã e Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio; ----------

Retirado da Ordem de trabalhos ----------

3.4.2. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31.08.2026 de aprovação de revisão de preços relativa à empreitada de "Construção do Centro de Saúde da Lousã (2.ª fase)" ----------

O Sr. Presidente da Câmara mostrou preocupação quanto ao financiamento da obra, designadamente face ao valor global da intervenção e aos eventuais custos adicionais decorrentes de trabalhos complementares e revisões de preços. Referiu que, apesar das informações transmitidas pelas entidades governamentais relativamente à possibilidade de financiamento da obra, o Município continua a aguardar uma comunicação formal e por escrito que permita confirmar os compromissos assumidos e assegurar a respetiva cobertura financeira. Salientou que a intervenção do Centro de Saúde representa um investimento de cerca de 9 milhões de euros, pelo que a eventual necessidade de suportar encargos adicionais diretamente pelos cofres municipais teria um impacto significativo na capacidade financeira do Município e na concretização de outros investimentos previstos. Esclareceu que, de acordo com a informação atualmente disponível, perspetiva- se que o financiamento possa ser assegurado através do PT 2030, com uma componente de financiamento europeu, ficando o remanescente a cargo de outras entidades. Contudo, salientou que esta solução ainda carece de confirmação formal.

Referiu, ainda que existe interesse, quer por parte do Município, quer das entidades da Administração Central, em assegurar a conclusão da obra, nomeadamente para garantir o aproveitamento dos fundos provenientes da União Europeia. Considerou por isso, expectável que seja encontrada uma solução que permita assegurar o financiamento da intervenção. Referiu ainda o impacto que uma eventual ausência de financiamento poderia ter não só na concretização das obras da Escola Secundária, mas também na capacidade financeira do Município para concretizar outros projetos e investimentos considerados necessários para o concelho. ------

O Sr. Vereador António Marçal deu nota das implicações orçamentais decorrentes das obrigações que poderão resultar do contrato celebrado com as entidades responsáveis pelo financiamento e execução da obra, considerando essencial que o Município disponha de garantias claras quanto às responsabilidades financeiras que lhe caberão. ----------

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31.08.2026 de aprovação de revisão de preços relativa à empreitada de "Construção do Centro de Saúde da Lousã (2.ª fase)"

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31.08.2026 de aprovação de revisão de preços relativa à empreitada de "Construção do Centro de Saúde da Lousã (2.ª fase)" (Doc. 13 (treze)) ----------

3.5 OUTROS ASSUNTOS ----------

3.5.1. Proposta de aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativa para obras de substituição da cobertura do destacamento territorial da GNR da lousã, para efeitos de execução dos trabalhos nos termos protocolados; ----------

O Sr. Presidente da Câmara salientou a necessidade de criar condições adequadas no edifício, considerando a particular importância da intervenção face às atuais condições de funcionamento e conservação do mesmo. Esclareceu que o valor previsto para a intervenção é considerado suficiente e que, apesar de o contrato estabelecer um conjunto de obrigações para o Município, foi realizado um trabalho de análise das respetivas responsabilidades, tendo-se concluído que existe margem para assegurar o cumprimento das mesmas sem comprometer a capacidade financeira municipal. Referiu ainda que o edifício apresenta atualmente problemas

significativos de infiltrações, verificando-se a entrada de água em diversos gabinetes e espaços de trabalho, situação que tem sido objeto de reclamações junto das entidades responsáveis. Neste contexto, considerou importante aproveitar a oportunidade decorrente da articulação estabelecida entre as entidades envolvidas para avançar com a intervenção. Referiu também que, ao longo da preparação do protocolo, foram apresentadas diversas sugestões de melhoria e analisadas as questões relacionadas com eventuais trabalhos complementares, tendo sido manifestada a convicção de que não deverão surgir encargos adicionais de dimensão significativa para o Município. Esclareceu que os procedimentos municipais têm registado alguns atrasos devido à limitada disponibilidade dos serviços técnicos, nomeadamente ao nível dos recursos de engenharia, tendo sido necessário recorrer a apoio técnico externo para assegurar a elaboração dos estudos necessários. Disse que o investimento associado à intervenção poderá atingir um montante aproximado de 1 milhão de euros, estando o Município a desenvolver os procedimentos necessários para a sua concretização. ----------

O Sr. Vereador António Marçal questionou o ponto de situação relativamente ao levantamento das necessidades de intervenção e à elaboração do respetivo relatório, bem como a sua disponibilização para conhecimento. ----------

O Sr. Presidente da Câmara disse que já se encontra realizado o levantamento das necessidades, estando o mesmo a ser atualizado e preparado para posterior envio.

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativa para obras de substituição da cobertura do destacamento territorial da GNR da lousã, para efeitos de execução dos trabalhos nos termos protocolados; ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Contrato de Cooperação Interadministrativa para obras de substituição da cobertura do destacamento territorial da GNR da lousã, para efeitos de execução dos trabalhos nos termos protocolados. ----------

4. Aprovação em minuta ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. ----------

Nada mais havendo a tratar, pelas 13.00 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. ----------

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

